MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO

LEIA COM ATENÇÃO AS INSTRUÇÕES ABAIXO

1. O CARTÃO DE RESPOSTAS deve ser assinado pelo candidato e o TIPO DE PROVA deve ser indicado, sob pena de prejuízo irreparável ao seu resultado neste processo seletivo.

2. Quando autorizado pelo fiscal da sala, confira se o caderno contém: 40 questões de múltipla escolha, com quatro opções cada: a, b, c e d; 1 questão discursiva, com espaço para o rascunho na prova.

3. Antes de iniciar a prova, confira o caderno. Caso esteja incompleto ou tenha qualquer defeito, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição. Reclamações posteriores não serão aceitas.

4. Preencha com atenção e letra legível o campo de identificação contido na parte inferior desta página.

5. Não será permitida consulta a qualquer tipo de texto, nem empréstimo ou comunicação entre os candidatos durante a realização das provas.

6. A duração da prova é de 4 (quatro) horas, não prorrogável, incluído o tempo destinado à identificação e ao preenchimento das respostas.

7. Será anulada a questão cuja resposta contiver emenda ou rasura, ou para a qual for assinalada mais de uma opção. Evite deixar questão sem resposta.

8. Ao terminar a prova, chame o fiscal da sala e entregue o caderno de provas e as folhas de respostas das provas objetiva e discursiva.

9. Por motivo de segurança, somente durante os 60 (sessenta) minutos que antecederem o término da prova, poderão ser copiados os seus assinalamentos feitos no CARTÃO DE RESPOSTAS.

10. O não atendimento a qualquer uma das determinações constantes do caderno de prova ou orientações passadas durante o exame poderá implicar na eliminação do candidato.

11. A divulgação do gabarito e a abertura dos prazos para interposição de recursos serão realizados pelo site http://www.mpf.mp.br/rn/estagie-conosco/concursos-de-estagio/2018

BOA PROVA!

CPF	**INSTITUIÇÃO DE ENSINO**
NOME	

DIREITO CONSTITUCIONAL

1. Acerca do poder constituinte reformador, assinale a alternativa correta:
a) Uma proposta de emenda à Constituição, para ser apresentada por Deputado Federal, tem que ter o apoio mínimo de maioria absoluta dos membros da Câmara dos Deputados.
b) No âmbito federal, a proposta deve ser discutida e votada em cada casa do Congresso Nacional, em dois turnos, considerando-se aprovada se obtiver, em ambos, três quintos dos votos dos respectivos membros.
c) É possível que a matéria constante de proposta de emenda rejeitada ou havida por prejudicada seja objeto de nova proposta na mesma sessão legislativa, desde que por iniciativa da maioria absoluta dos membros do Congresso Nacional.
d) O poder constituinte reformador tem por características ser inicial, juridicamente ilimitado, autônomo e incondicionado.

2. Acerca do controle de constitucionalidade, assinale a alternativa correta:
a) A arguição de descumprimento de preceito fundamental (ADPF) é um instrumento que substituiu o mandado de injunção como meio de controle da inconstitucionalidade por omissão.
b) Normas infraconstitucionais anteriores à Constituição Federal de 1988 podem ser objeto de ação direta de constitucionalidade.
c) O Ato das Disposições Constitucionais Transitórias é hierarquicamente inferior à parte permanente da Constituição por se limitar a cuidar da passagem de um regime constitucional para um outro novo.
d) Considere que seja editada uma lei federal determinando que são penalmente imputáveis os maiores de 16 anos. Essa lei seria incompatível com a Constituição Federal.

3. Acerca dos direitos e garantias fundamentais, assinale a alternativa incorreta:
a) De acordo com o entendimento atual do STF, o princípio da presunção de inocência não impede a execução provisória da pena após decisão condenatória em segunda instância.
b) A Constituição brasileira assegura o direito de propriedade, mas permite inclusive o confisco em caso de cometimento de crimes como tráfico de drogas e exploração de trabalho escravo na respectiva propriedade.
c) É plena a liberdade de associação para fins lícitos, não sendo possível haver a dissolução compulsória de tais entidades.
d) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial.

4. Assinale a alternativa incorreta:
a) A Constituição brasileira assegura a igualdade de todos perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade.
b) É assegurado a todos o acesso à informação e resguardado o sigilo da fonte, quando necessário ao exercício profissional.
c) A Constituição brasileira garante que ninguém será privado da liberdade ou de seus bens sem o devido processo legal, assegurando ainda aos litigantes, em processo judicial ou administrativo, e aos acusados em geral o contraditório

e a ampla defesa, com os meios e recursos a ela inerentes.

d) A gravação de conversa entre duas pessoas, feita por uma delas sem o consentimento da outra, registrando o fato para prevenir uma negação futura, é considerada ilícita, não sendo possível a utilização do registro como meio de defesa.

5. Acerca dos direitos políticos, assinale a alternativa correta:

a) O alistamento eleitoral é obrigatório para todos os que tiverem idade superior a 18 anos.
b) Estrangeiro não pode ocupar cargo público no Brasil.
c) Um brasileiro com idade de 34 anos é elegível para Presidente da República, desde que complete 35 anos até a data da posse no cargo.
d) A lei que alterar o processo eleitoral entrará em vigor na data de sua publicação, não se aplicando à eleição que ocorra até seis meses da data de sua vigência.

6. A respeito da organização dos poderes, assinale a alternativa correta:

a) O presidente da República pode adotar medida provisória, com força de lei, em caso de relevância e urgência. Entretanto, não é possível a edição de medida provisória sobre matéria relativa a direito penal.
b) Compete à Câmara dos Deputados processar e julgar o Presidente da República nos crimes de responsabilidade.
c) Os municípios não possuem Poder Judiciário em sua estrutura e o número de vereadores varia conforme o poder econômico de cada município.
d) Os atos de improbidade administrativa importarão a suspensão dos direitos políticos, a perda da função pública, a indisponibilidade dos bens e o ressarcimento ao erário, podendo tais sanções ser impostas pela autoridade administrativa competente.

7. Acerca do Ministério Público na Constituição Federal, assinale a alternativa incorreta:

a) Os membros do Ministério Público estão sujeitos a foro por prerrogativa de função caso cometam crimes comuns.
b) Na composição das vagas de Ministros do Superior Tribunal de Justiça, é assegurada a reserva de vagas para membros do Ministério Público, sendo o assim denominado “quinto constitucional”.
c) Na composição do Conselho Nacional de Justiça há reserva de vaga para um membro do Ministério Público da União, indicado pelo Procurador-Geral da República.
d) Ao membro do Ministério Público é assegurada a garantia da inamovibilidade, salvo por motivo de interesse público, mediante decisão do órgão colegiado competente do Ministério Público, pelo voto da maioria absoluta de seus membros, assegurada ampla defesa.

DIREITO ADMINISTRATIVO

8. Assinale a alternativa correta:

a) Nos processos perante o Tribunal de Contas da União asseguram-se o contraditório e a ampla defesa quando da decisão puder resultar anulação ou revogação de ato administrativo que beneficie o interessado, como no caso da apreciação da legalidade do ato de concessão inicial de aposentadoria;
b) O ato complexo é aquele para cuja perfeição exige-se mais de uma manifestação de vontade, sendo a segunda manifestação acessória à primeira;
c) O controle exercido pelo Poder Judiciário sobre atos administrativos se limita, como regra, à análise de legalidade;

d) A nomeação de servidor sem concurso é nula, o que acarreta invalidação dos atos por ele praticados.

9. No que se refere à Teoria Geral do Ato Administrativo, é incorreto afirmar:

a) O ato administrativo é nulo quando o motivo se encontrar dissociado da situação de direito ou de fato que determinou ou autorizou a sua realização. A vinculação dos motivos à validade do ato é representada pela teoria dos motivos determinantes;
b) A Administração Pública pode praticar atos ou celebrar contratos em regime de direito privado, no desempenho normal de suas atividades, abrindo mão, em tais casos, de sua supremacia de poder, não podendo alterá-los, revogá-los ou os rescindir por ato unilateral, sem a concordância do interessado;
c) O mérito do ato administrativo constitui a valoração dos motivos e na escolha do objeto do ato, caracterizando-se por ser aspecto pertinente apenas aos atos administrativos praticados no exercício da competência discricionária;
d) O que fundamenta a anulação (ou invalidação) do ato administrativo é a inconveniência ou inoportunidade do ato ou da situação gerada por ele.

10. Analise as assertivas abaixo concernentes ao poder de polícia.

I. O poder de polícia só poderá reduzir os direitos individuais quando em conflito com interesses maiores da coletividade e na medida estritamente necessária à consecução dos fins estatais.
II. Constituem meios de atuação do poder de polícia, dentre outros, as medidas repressivas, como, por exemplo, dissolução de reunião, interdição de atividade e apreensão de mercadorias deterioradas.
III. A medida de polícia, quando discricionária, não esbarra em algumas limitações impostas pela lei, como por exemplo, no que concerne à competência e à finalidade.
IV. O poder de polícia, conferindo a possibilidade de o Estado limitar o exercício da liberdade ou das faculdades de proprietário em prol do interesse público afasta a razoabilidade, para atingir os seus objetivos maiores, em prol da predominância do interesse público.

Está correto o que se afirma APENAS em:

a) I, II e III.
b) II, III e IV.
c) I e IV.
d) I e II.

11. Como traço de semelhança ou de distinção entre a dispensa e a inexigibilidade de licitação pode-se indicar, dentre outras, a característica

a) da licitação, nas hipóteses de dispensa, ser, em tese, possível, mas diante da vontade do legislador, torna-se prescindível nas situações indicadas.
b) da licitação, nas hipóteses de inexigibilidade, ser, em tese, possível, mas diante da vontade do legislador, para agilizar algumas situações, torna-se prescindível.
c) da dispensa de licitação incidir nas hipóteses em que a licitação é inviável, por impossibilidade de competição.
d) do rol de hipóteses de dispensa de licitação ser exemplificativo, na medida em que se trata de norma de exceção à regra legal que obriga o certame como observância do princípio da isonomia.

12. No tocante à Lei de Improbidade Administrativa (Lei n.º 8.429/92), é correto afirmar que

a) as ações destinadas a levar a efeito as sanções previstas nessa Lei podem ser propostas até 10 (dez) anos após o término do exercício de mandato, de cargo em comissão ou de função de

confiança;
b) as disposições dessa Lei são aplicáveis, no que couber, àquele que, mesmo não sendo agente público, induza ou concorra para a prática do ato de improbidade;
c) a aplicação das sanções previstas nessa Lei depende da rejeição das contas pelos órgãos de controle interno ou pelos Tribunais de Contas, por serem tais órgãos responsáveis por julgar as contas de administradores públicos e demais responsáveis por quantias, bens e valores públicos, bem como as contas de pessoas que de algum modo provoquem prejuízo ao erário;
d) a autoridade judicial competente somente poderá determinar o afastamento do agente público do exercício do cargo após o trânsito em julgado da sentença condenatória, em razão do princípio da presunção de inocência, previsto no art. 5º, LVII, da Constituição Federal.

13. A respeito da Responsabilidade Civil do Estado, considere este dispositivo constitucional:
Art. 37, § 6º: As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa.
Analise a seguinte sentença que contém duas asserções:
Caso um agente público, nessa qualidade, cause dolosamente dano a terceiro, o Estado responderá, mas o fundamento da responsabilidade civil do Estado não será o art. 37, § 6º, da Constituição Federal,

PORQUE

o art. 37, § 6º, da Constituição Federal, trata da responsabilidade objetiva do Estado.
É correto afirmar que:
a) As duas asserções estão corretas
b) A primeira asserção está correta e a segunda está incorreta
c) A primeira asserção está incorreta e a segunda está correta
d) As duas asserções estão incorretas

DIREITO CIVIL

14. Assinale a alternativa correta:
I – têm domicílio necessário o incapaz, o servidor público, o militar, o marítimo e o preso;
II – é também domicílio da pessoa natural, quanto às relações concernentes à profissão, o lugar onde esta é exercida;
III – consideram-se bens móveis para os efeitos legais as energias que tenham valor econômico; os direitos reais sobre objetos móveis e as ações correspondentes e os direitos pessoais de caráter patrimonial e respectivas ações;
IV – os rios, mares e estradas são exemplos típicos de bens públicos dominicais.
a) Apenas uma alternativa é correta;
b) Apenas uma alternativa é incorreta;
c) Apenas duas alternativas são corretas;
d) Todas as alternativas são corretas;

15. Assinale a opção correta:
I – os bens públicos dominicais são inalienáveis;
II – os bens públicos não estão sujeitos à prescrição aquisitiva;
III – As nulidades devem ser pronunciadas pelo juiz, quando conhecer do negócio jurídico ou dos seus efeitos e as encontrar provadas, sendo permitido supri-las a requerimento das partes;
IV – é de quatro anos o prazo de decadência para pleitear-se a anulação do negócio jurídico, contado: no caso de coação, do dia em que ela iniciar; no de erro, dolo, fraude contra credores, estado de perigo

ou lesão, do dia em que se realizou o negócio jurídico; e no de atos de incapazes, do dia em que forem praticados os respectivos atos.

a) Apenas uma alternativa está correta;
b) Apenas duas alternativas estão corretas;
c) Apenas três alternativas estão corretas;
d) Todas as alternativas estão corretas;

16. Assinale a alternativa incorreta:

a) A prescrição pode ser alegada em qualquer grau de jurisdição, pela parte a quem aproveita;
b) A prescrição iniciada contra uma pessoa continua a correr contra o seu sucessor;
c) É peremptoriamente vedado ao juiz suprir, de ofício, a alegação de prescrição;
d) A renúncia à prescrição pode ser expressa ou tácita, e só valerá, sendo feita, sem prejuízo de terceiro, depois que a prescrição se consumar.

17. Quanto à responsabilidade civil, não é correto afirmar:

a) Haverá obrigação de reparar o dano, independentemente de culpa, nos casos especificados em lei, ou quando a atividade normalmente desenvolvida pelo autor do dano implicar, por sua natureza, risco para os direitos de outrem;
b) Os responsáveis pelo incapaz sempre responderão pelos prejuízos que este vier a causar;
c) O empregador é responsável pela reparação civil dos danos praticados por seus empregados, serviçais e prepostos, no exercício do trabalho que lhes competir, ou em razão dele;
d) O direito de exigir reparação e a obrigação de prestá-la transmitem-se com a herança.

18. Nas relações de consumo, assinale a opção correta, consoante prevê o Código de Defesa do Consumidor:

a) O fabricante, o produtor, o construtor, nacional ou estrangeiro, e o importador respondem pela reparação dos danos causados aos consumidores por defeitos decorrentes de projeto, fabricação, construção, montagem, fórmulas, manipulação, apresentação ou acondicionamento de seus produtos, bem como por informações insuficientes ou inadequadas sobre sua utilização e riscos, desde que devidamente demonstrada a respectiva culpa.
b) O fornecedor de serviços não será responsabilizado quando provar a culpa exclusiva do consumidor ou de terceiro.
c) O direito de reclamar pelos vícios aparentes ou de fácil constatação caduca em trinta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos não duráveis; e em sessenta dias, tratando-se de fornecimento de serviço e de produtos duráveis.
d) A ignorância do fornecedor sobre os vícios de qualidade por inadequação dos produtos e serviços o exime de responsabilidade.

PROCESSO CIVIL

19. A regra da vedação à decisão surpresa foi introduzida expressamente em nosso ordenamento jurídico pelo art. 10 do CPC 2015, conferindo maior amplitude e materialidade ao princípio do contraditório Sobre a não surpresa, é possível afirmar:

a) É aplicada em todas as fases e situações processuais previstas no Código.
b) Não é observada na fase de cumprimento de sentença e na execução de título executivo não judicial.
c) Não se aplica à tutela provisória de urgência; a algumas hipóteses de tutela de evidencia(art. 311, II e II) e nos ca-

sos de decisão monitória para expedição de mandado de pagamento, entrega de coisa ou para execução de obrigação de fazer e não fazer, previstas no art. 701 do CPC.

d) Não é observada nas ações coletivas em defesa de direitos difusos e coletivos, em razão da abrangência da coisa julgada.

20. Assinale a opção correta sobre o sistema recursal:

a) Embora a regra seja o duplo grau de jurisdição, com a previsão constitucional de competências recursais nos tribunais, não há direito fundamental ao duplo grau de jurisdição no processo civil, frente às várias exceções existentes, como nos processos de competência originária no STF.

b) Os prazos recursais são contados de forma corrida, incluindo dias úteis e não úteis, com a inclusão do dia da interposição e a exclusão do dia final na contagem do prazo.

c) É possível o conhecimento do recurso mesmo diante da renúncia da parte do direito de recorrer ou da aceitação, tácita ou expressa, da decisão, de forma que não há que se falar em preclusão lógica.

d) As hipóteses de cabimento de agravo de instrumento, previstas no CPC no art. 1015, incisos I a XIII e seu parágrafo único, são exaustivas, não admitindo interpretação extensiva ou ampliativa.

21. É incorreto afirmar:

a) O precedente pode ser entendido como uma decisão anterior sobre uma questão jurídica, capaz de gerar um ganho hermenêutico ao sistema, dotada de potencialidade para servir de paradigma e orientação aos demais juízes e jurisdicionados, e que enfrenta os principais argumentos jurídicos atrelados ao substrato fático da causa.

b) Na hipótese de alteração de jurisprudência dominante do Supremo Tribunal Federal e dos Tribunais Superiores, mas não com relação aos julgamentos de casos repetitivos, pode haver modulação dos efeitos da alteração no interesse social e da segurança jurídica.

c) Segundo a doutrina especializada, dois elementos são essenciais para o desenvolvimento de um sistema de precedentes obrigatórios: a existência de uma organização escalonada e hierarquizada do poder judiciário e um repositório de decisões confiáveis.

d) somente a "*ratio decidendi*"(as razões de decidir) do precedente é que adquire força vinculante e deve ser observada pelos demais juízes e tribunais.

22. Uma das principais novidades procedimentais do Novo Código foi a previsão de uma audiência de conciliação ou mediação antes da apresentação da defesa do acusado. Nesse sentido, marque a resposta correta:

a) São princípios da conciliação e mediação: independência, imparcialidade, autonomia da vontade, transparência, oralidade, informalidade, decisão informada e publicidade.

b) O não comparecimento injustificado do autor ou réu à audiência de conciliação é considerado ato atentório à dignidade da justiça e será sancionado com multa revertida em favor da União ou do Estado.

c) Em caso de litisconsórcio, o desinteresse de um dos litisconsortes na realização da audiência será estendido aos demais.

d) A autocomposição obtida na audiência será reduzida a termo, homologada por sentença e vale como título executivo extrajudicial.

23. Sobre a Ação Civil Pública, é verdadeiro afirmar:
a) O Ministério Público pode, por intermédio da ação, tutelar direitos individuais homogêneos disponíveis, mesmo quando em hipóteses não expressamente previstas pelo legislador ordinário, desde que esses direitos também comprometam direitos sociais subjacentes, adquirindo relevância para a sociedade.
b) São legitimados para a propositura da ação o Ministério Público, Defensoria Pública, União, Estado, Município e Distrito Federal, autarquia, sociedade de economia mista, fundação, empresa pública e associação, todos de forma autônoma, concorrente e sem necessidade de demonstrar pertinência temática.
c) A lei 7347.85, que regula a Ação Civil Pública, por ser lei preponderantemente processual civil, não faz previsão de crime ou contravenção em seu texto.
d) Não será admitido o litisconsórcio entre o Ministério Público da União e do Estado na defesa dos direitos e interesses de que cuida a referida lei.

24. Sobre a atuação do Ministério Público no Processo Civil, é correto afirmar:
a) de acordo com o art. 179 do CPC, nos casos de intervenção como fiscal da ordem jurídica, o Ministério Público terá vista dos autos depois do autor e antes da manifestação do réu, sendo intimado de todos os atos do processo.
b) O Ministério Público terá prazo em dobro para recorrer e quádruplo para contestar, que terá início a partir de sua intimação pessoal.
c) No processo civil brasileiro, o Ministério Público exerce dupla função: pode ocupar o lugar de parte e pode participar do processo como custos legis, intervindo no processo em determinadas causas com a finalidade de zelar pela justiça do processo e de sua decisão.
d) O Ministério Público, na condição de fiscal da ordem jurídica, poderá pedir provas complementares no caso de omissões das partes, e requerer as medidas processuais pertinentes.

25. O art. 319 do CPC elenca os requisitos da petição inicial, sendo o pedido um dos mais importantes para o processamento e desenvolvimento do processo. A respeito do pedido, é correto afirmar:
a) O pedido deve ser certo e determinado, sendo ilícito, em qualquer hipótese, formular pedido genérico.
b) Há cumulação sucessiva de pedidos quando o autor formula dois pedidos pretendendo o acolhimento de ambos, sendo o acolhimento do primeiro pedido pressuposto lógico e essencial para a análise do segundo.
c) O pedido será alternativo quando, pela natureza da obrigação, o credor puder exigir a prestação de mais de um modo.
d) Nenhuma alternativa está correta.

DIREITO PENAL

26. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:

I) Dá-se crime progressivo quando o agente para alcançar um resultado mais gravoso passa necessariamente por um de menor entidade, de modo que o agente só responde nesse caso por um crime: o maior;
II) O princípio da alternatividade tem validade e aplicação prática nos chamados crimes de conteúdo múltiplo ou variado, que são os que contam com vários verbos como núcleos do tipo. Assim, quando o sujeito, no mesmo contexto fático, realiza condutas correspondentes a vários verbos, comete um só crime, não vários;
III) a regra do princípio do *ne bis in idem* no Código Penal é absoluta, não comportando qualquer exceção;
IV) Não previu o legislador pátrio a aplicação da lei brasileira ao crime praticado por brasileiro no estrangeiro.

a) Somente I e II estão corretas.
b) Somente II e IV estão corretas.
c) Somente III e IV estão corretas.
d) Somente II, III e IV estão corretas.

27. ASSINALE A ALTERNATIVA CORRETA:
a) No direito penal pátrio, a pessoa jurídica pode ser sujeito ativo apenas de crimes ambientais.
b) Na Lei n.º 9.613/1998 ("lavagem" de capitais), pode ser considerada infração penal antecedente todo e qualquer crime, excluindo-se, no entanto, as contravenções penais.
c) A *abolitio criminis*, em virtude de surgimento de lei nova, apaga os efeitos civis da prática delituosa do sujeito que foi definitivamente condenado antes dela.
d) Em face do princípio da retroatividade da lei penal mais benigna, a lei anterior mais severa possui "ultra-atividade".

28. O erro sobre a ilicitude do fato constitui causa de exclusão da:
a) Ilicitude.
b) Culpabilidade.
c) Tipicidade.
d) Punibilidade.

29. Segundo a jurisprudência predominante do Superior Tribunal de Justiça, é INCORRETO afirmar que:
a) A majorante do tráfico transnacional de drogas (art. 40, I, da Lei n.º 11.343/2006) se configura com a prova da destinação internacional das drogas, ainda que não consumada a tranposição de fronteiras.
b) O princípio da insignificância é inaplicável aos crimes contra a administração pública.
c) Consuma-se o crime de roubo com a inversão da posse do bem mediante emprego de violência ou grave ameaça, ainda que por breve tempo e em seguida à perseguição imediata ao agente e recuperação da coisa roubada, sendo prescindível a posse mansa e pacífica ou desvigiada.
d) A conduta de atribuir-se falsa identidade perante autoridade policial, em situação de alegada autodefesa, constitui-se fato atípico perante a legislação penal.

30. Brasileiro morando na Espanha se envolve com célula terrorista ligada ao Estado Islâmico e é processado criminalmente por isso naquele país, não tendo retornado ao território nacional. Diante disso, pode-se afirmar corretamente que:
a) Aplica-se também a lei penal brasileira ao mesmo fato, ainda que absolvido ou condenado o brasileiro no estrangeiro.
b) Aplica-se também a lei penal brasileira ao mesmo fato, ainda que o brasileiro não ingresse no território nacional.
c) A única lei penal aplicável ao caso, em qualquer circunstância, será a lei penal estrangeira.
d) Nenhuma das alternativas anteriores está correta.

31. Segundo a jurisprudência predominante do Supremo Tribunal Federal e do Superior Tribunal de Justiça, é INCORRETO afirmar que:
a) Não se aplica o princípio da insignificância aos casos de transmissão clandestina de sinal de internet via radiofrequência que caracterizam o fato típico previsto no art. 183 da Lei n.º 9.472/97.
b) Incide o princípio da insignificância aos crimes tributários federais e de descaminho quando o débito tributário verificado não ultrapassar o limite de R$ 20.000,00 (vinte mil reais), a teor do disposto no art. 20 da Lei n.º 10.522/2002, com as atualizações efetivadas pelas Portarias nºs 75 e 130, ambas do Ministério da Fazenda.

c) Para efeito de progressão de regime no cumprimento de pena por crime hediondo, ou equiparado, o juízo da execução observará a inconstitucionalidade do art. 2º da Lei n.º 8.072, de 25 de julho de 1990, sem prejuízo de avaliar se o condenado preenche, ou não, os requisitos objetivos e subjetivos do benefício, podendo determinar, para tal fim, de modo fundamentado, a realização de exame criminológico.
d) O cometimento de falta grave, durante a execução da pena privativa de liberdade, não implica a perda dos dias remidos pelo trabalho.

32. Prefeito do Município de Serra de São Bento/RN firmou com a Caixa Econômica Federal – CEF convênio de consignação, objetivando a concessão de empréstimos aos seus servidores com pagamento mediante consignação em folha de pagamento. Contudo, mesmo tendo sido efetuados os descontos nos contracheques dos servidores, os valores não foram repassados pela municipalidade à Caixa Econômica Federal, mesmo após esta ter instado o prefeito a restituí-los. Diante dessa narrativa, pode-se afirmar corretamente que o prefeito:
a) praticou crime de peculato, previsto no art. 312 do Código Penal.
b) praticou crime de apropriação indébita, previsto no art. 168, § 1.º, III, do Código Penal.
c) praticou crime de desvio de bens ou rendas públicas, previsto no art. 1.º, I, do Decreto-lei n.º 201/1967.
d) praticou apenas ilícito civil, por descumprimento dos termos do convênio.

33. Costinha, vulgo "171", passou 5 (cinco) cédulas grosseiramente falsificadas de R$ 10,00 (dez reais), sabendo dessa circunstância, em um posto de combustível, tendo o frentista reparado imediatamente a falsidade e chamado a polícia, com retenção das cédulas até a chegada desta. Com base nos dados fornecidos (e somente neles), levando-se em conta o entendimento jurisprudencial dominante, pode-se dizer que Costinha:
a) Cometeu crime de estelionato.
b) Cometeu crime de moeda falsa.
c) Cometeu crime contra o sistema financeiro nacional.
d) Não cometeu crime algum, em face do princípio da insignificância.

PROCESSO PENAL

34. Assinale a alternativa CORRETA, acerca das nulidades no Processo Penal:
a) O STF e o STJ firmaram jurisprudência no sentido de não conhecerem de recurso sem a assinatura do advogado, por se tratar de ato juridicamente inexistente.
b) O tribunal pode reconhecer, de ofício, nulidade em prejuízo do réu, mesmo que ela não tenha sido arguida no recurso da acusação.
c) De acordo com o entendimento corrente no STF, devido ao princípio da impossibilidade de convalidação das nulidades, irregularidades no inquérito policial repercutem na ação penal, podendo ser reconhecidas a qualquer tempo e culminando na nulidade do processo.
d) Conforme decidiu o STF no HC 128650, da relatoria do Min. Dias Toffoli, são nulas as interceptações telefônicas levadas a cabo antes do esgotamento de todas as possibilidades de produção de prova.

35. Marque a alternativa INCORRETA:
a) A arguição de suspeição do juiz formu-

lada por advogado exige procuração com poderes especiais.
b) A expedição de carta rogatória para citação de réu que se encontra no estrangeiro, em lugar sabido, suspende o curso da prescrição até o seu cumprimento.
c) A arguição de suspeição do juiz formulada por defensor público prescinde de procuração.
d) Após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória, compete ao juízo da execução a aplicação da lei mais benigna.

36. Assinale a opção CORRETA:
a) Segundo entendimento do STJ, é de competência da justiça estadual processar e julgar crime praticado contra funcionário público federal, estando ou não este no exercício da função.
b) No Estado brasileiro, a jurisdição penal pode ser exercida pelo STF, e em todos os graus de jurisdição das justiças militar e eleitoral, e das justiças comuns estadual e federal, observados os limites da competência fixada por lei.
c) A competência para processar e julgar crime de roubo que resulte em morte da vítima será do tribunal do júri da localidade em que ocorrer o fato criminoso.
d) Conforme a jusrisprudência do STJ, compete à Justiça Federal processar e julgar Prefeito por desvio de verba federal transferida ao município, ainda que incorporada ao patrimônio municipal.

37. Assinale a alternativa CORRETA:
a) Nos crimes de ação penal privada, concluído o inquérito policial, a autoridade policial poderá entregá-lo ao ofendido ou seu representante, por traslado, se assim for requerido.
b) De modo excepcional e fundamentadamente, a autoridade policial poderá mandar arquivar o inquérito para evitar lesão a direitos fundamentais do investigado.
c) O prazo para encerramento do inquérito policial no caso de réu preso, nos termos do Código de Processo Penal, é de 30 dias.
d) No curso do inquérito policial, tendo em vista o princípio da inquisitoriedade, o ofendido não poderá requerer diligências.

38. Assinale a alternativa CORRETA:
a) Conforme o procedimento especial de apuração dos crimes de responsabilidade dos funcionários públicos contra a administração pública, previsto no CPP, recebida a denúncia e cumprida a citação, o juiz notificará o acusado para responder à acusação por escrito, dentro do prazo legal.
b) A interceptação das comunicações telefônicas poderá ser deferida quando houver indícios razoáveis de autoria ou participação em infração penal punida com pena de detenção, desde que a prova não possa ser feita por outros meios disponíveis.
c) A lei processual penal não admite o uso de analogia ou de interpretação extensiva, em estrita observância do princípio da legalidade.
d) Quanto ao princípio da territorialidade no processo penal brasileiro, não é cabível adotar lei processual de país estrangeiro no cumprimento de atos processuais no território nacional.

39. Assinale a alternativa CORRETA:
a) Em qualquer fase da persecução penal caberá a prisão preventiva decretada pelo juiz, de ofício, ou a requerimento do Ministério Público, do querelante ou do assistente de acusação.
b) A jurisprudência do STJ se posicionava

no sentido de que a prisão preventiva é ilegítima nos casos em que a sanção abstratamente prevista ou imposta na sentença condenatória recorrível não resultasse em constrição pessoal. Contudo, atualmente, o STJ tem proferido decisões negando a liberdade nessas hipóteses, sob o fundamento de que a garantia à ordem pública não pode ser abalada diante da mera suposição de o regime prisional a ser futuramente imposto ser diverso do fechado.

c) A quebra injustificada da fiança importará na perda de metade de seu valor, cabendo ao juiz decidir sobre a imposição de outras medidas cautelares, não se permitindo a decretação de prisão preventiva.

d) Processos em andamento e inquéritos policiais não podem ser usados para exasperar a pena-base no momento da dosimetria da pena e, tampouco, tendo em vista o princípio da presunção de inocência, podem servir de fundamentação para a decretação de prisão preventiva.

40. Assinale a alternativa INCORRETA:

a) A prova indiciária, também chamada de prova circunstancial, tem o mesmo valor das provas diretas, conforme se extrai da Exposição de Motivos do Código de Processo Penal, na qual se afirma não haver hierarquia de provas por não existir necessariamente maior ou menor prestígio de uma com relação a qualquer outra.

b) Uma vez realizada a interceptação telefônica de forma legal e legítima, autorizada por decisão fundamentada, as informações e as provas coletadas através dessa diligência podem subsidiar denúncia com base em crimes puníveis com pena de detenção, desde que conexos com crimes punidos com reclusão e cujos fatos sob investigação fundamentaram a medida.

c) Segundo a lei do crime organizado, a ação controlada consiste em retardar a intervenção policial ou administrativa relativa à ação praticada por organização criminosa, para que a medida se concretize no momento mais eficaz à formação de provas e à obtenção de informações, devendo ser requerida previamente ao juiz e, após a realização da diligência e a confecção de relatório circunstanciado, será comunicada ao Ministério Público.

d) A lei do crime organizado previu, entre outros meios de obtenção de prova: a colaboração premiada; a captação ambiental de sinais eletromagnéticos, ópticos ou acústicos; a ação controlada; o acesso a registros de ligações telefônicas e telemáticas, a dados cadastrais constantes de bancos de dados públicos ou privados e a informações eleitorais ou comerciais; a interceptação de comunicações telefônicas e telemáticas; o afastamento dos sigilos financeiro, bancário e fiscal; a infiltração, por policiais, em atividade de investigação; a cooperação entre instituições e órgãos federais, distritais, estaduais e municipais na busca de provas e informações no interesse da investigação ou da instrução criminal.

MPF - MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL
PROCURADORIA DA REPÚBLICA NO RIO GRANDE DO NORTE
PROCESSO SELETIVO PARA ESTAGIÁRIO DE DIREITO

PROVA DISCURSIVA

Discorra sobre o direito ao esquecimento na sociedade da informação, enfrentando os seguintes aspectos:

- Direito ao esquecimento em confronto com as liberdades de informação, de expressão e de imprensa;
- Pessoa absolvida em processo criminal ou que cumpriu integralmente a pena e direito ao esquecimento.

ATENÇÃO: A RESPOSTA DEVERÁ RESPEITAR O LIMITE MÁXIMO DE 30 LINHAS EXISTENTES NA FOLHA DE RESPOSTAS, O QUE ULTRAPASSAR SERÁ AUTOMATICAMENTE DESCONSIDERADO.

Encaminhamento(Rascunho):